

O Sindicato como Educador e Educando

Nericilda Bezerra da Rocha¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer um diálogo sobre a relação dialética da organização representativa da classe trabalhadora, o sindicato, como uma organização que educa e ao mesmo tempo é educada no fazer-se de sua atuação como instituição de formação e educação política dos trabalhadores. Decidimos voltar ao básico e revisitar alguns dos debates sobre o sindicalismo em torno da noção de luta política, econômica e ideológica pelos clássicos do marxismo e, adotando a categoria da práxis como categoria de análise e postulado marxista político-educativo central, lançamos luzes sobre o papel do sindicato como educador e educando em pleno século XXI.

Palavras-chave: Sindicato. Práxis. Educação.

The Union as an Educator and Educator

Abstract

The present work aims to establish a dialogue about the dialectical relationship of the representative organization of the working class, the union, as an organization that educates and at the same time is educated in its performance as an institution of training and political education of workers. We decided to return to the basics and revisit some of the debates on syndicalism around the notion of political, economic and ideological struggle by the classics of Marxism and, adopting the category of praxis as a category of analysis and postulate central political-educational Marxist, we shed light on the role of the union as an educator and educator in the XXI century.

Keywords: Syndicate. Praxis. Education.

Introdução

A discussão a respeito da educação dos trabalhadores ou, mais especificamente, da formação política não é nova no seio da história do movimento operário. Pelo contrário, dada sua importância fundamental, essa temática foi e continua sendo alvo de intenso, acalorado e, por que não dizer, polêmico debate.

Ainda que Marx e Engels não tenham escrito nenhuma obra exclusiva sobre isso,

essa temática é transversal a toda sua obra, haja vista que sua grande preocupação, a partir da interpretação que eles têm da nova sociedade surgida com a revolução industrial, é dotar o proletariado, considerado por eles como a única classe potencialmente revolucionária, de um projeto político de emancipação para superar a nova sociedade.

Nesta direção, é importante resgatar o sentido da formação humana em Marx e o lugar do proletariado nessa formação. Como diz Marx, na VI Tese sobre Feuerbach, “o homem é o conjunto das suas relações sociais”, ou seja, o homem é um ser historicamente social; confirma sua consciência na existência, justamente porque a atividade ideal é a sua atividade social. É a relação que estabelece com a natureza para transformá-la, ou seja, o trabalho, o desencadeante de um processo histórico que modifica a natureza e o próprio homem num processo contínuo. Eis o ponto de partida do materialismo marxiano.

Para Marx e Engels (2007, p. 36) “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” o que significa que o ser humano é determinado pelo seu modo de vida, mas também pode alterá-lo. Entretanto, para mudar a si mesmo, os homens precisam revolucionar as circunstâncias que mantêm este modo de viver.

Guiados por esta compreensão, tanto Marx quanto Engels, vão concentrar toda sua obra e militância, no combate ao tipo de formação econômico-social que oprime o homem na sua condição humana. E este combate passará centralmente pelo processo de educação da classe trabalhadora, por ser a classe social que mais sente a opressão do capital e que por isso potencialmente poderá construir sua superação.

Segundo Suchodolski (1976, p. 69-70), “para muitos as tarefas fundamentais da educação consistem em educar o coração e a virtude; para Marx e Engels tem a maior importância o desenvolvimento da consciência e o despertar pela revolução”, sendo, portanto, a prática revolucionária da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação, o único caminho para a verdadeira formação de homens novos (SUCHODOLSKI, 1976, p. 179).

Esta luta pela sua emancipação se desenvolve num complexo de relações que perpassam vários espaços de vivência da classe trabalhadora; espaço laborativo, família,

¹ Graduada em Sociologia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

moradia, partidos, associações, escolas, greves, sindicatos, etc. Para o que pretendemos neste trabalho, que se relaciona com o papel dos sindicatos no século XXI no que diz respeito a uma práxis política que contribua com a classe na luta pela sua emancipação, analisaremos neste capítulo, o papel do sindicato como educador e educando.

Revisitaremos brevemente a origem dos sindicatos, recuperando a sua gênese e desenvolvimento em Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Trotsky, destacando principalmente o papel que cada um considera que devem ter os sindicatos no processo da luta pela emancipação da classe trabalhadora e ainda, os elementos político-pedagógicos intrínsecos nas elaborações destes clássicos. Afinal, como ignorar a práxis política como processo educativo de milhões de homens e mulheres?

A concepção de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky

O historiador francês René Rémond (1983) considera o século XIX como um longo século que começa com a derrota de Napoleão Bonaparte e só se conclui com o início da primeira grande guerra, que, desse modo, marca o início do século XX. Para eles os sindicatos são o fruto vermelho do longo século XIX, embora a sua longevidade se estenda aos séculos XX e XXI, malgrado o ceticismo de seus críticos mais ferozes.

Devemos ainda dizer que, em relação à série de questões que decorrem do debate sobre os sindicatos como educador e educando de amplas massas, tomamos como referência fundamental os pressupostos que se articulam em torno da tradição marxista, que, de certa maneira, tem a sua genealogia vinculada ao longo século XIX.

Antes dos primeiros escritos de Engels e de Marx sobre os sindicatos, já havia desde a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, com o advento do vapor e, em seguida das máquinas, as sociedades de socorros mútuos, associações e coalizões de trabalhadores. Mas estas eram proibidas.

A Inglaterra era, no cenário mundial, a primeira economia industrial de vulto a “oficina do mundo” (HOBBSAWN, 1977, p. 68). A sua posição privilegiada, que se solidificou no século XVIII, decerto, explica a sua localização excepcionalmente favorecida quando da explosão da indústria.

A revolução industrial concentrou riqueza e pobreza, capital e trabalho em cidades sujas, entremeadas de casebres nos quais eram atiradas as famílias das classes

trabalhadoras, com muitos deveres e quase que desprovidas de quaisquer direitos.

Hobsbawn (1977) descreve que foram impressionantes as transformações ocorridas no cenário do capitalismo inglês em pouco mais de meio século. A produção e exportações de tecidos de algodão saltaram, a quantidade de teares mecânicos aumentou velozmente, a produção de carvão foi mais que triplicada e a de ferro foi quase quadruplicada. Era um crescimento econômico acelerado que trazia resultados sociais marcantes e perversos. As grandes cidades, principalmente as localizadas nos distritos industriais, tais como Lancashire, Manchester ou Yorkshire, eram constituídas, em sua grande maioria, por proletários, a classe social produto da primeira Revolução Industrial. E esta não era uma realidade particular da Inglaterra. Embora a industrialização na França tenha sido mais lenta do que na Inglaterra, as novas cidades industriais, como Mullhouse, Lille ou Rouen, passaram a exibir o mesmo cenário lúgubre que caracterizava as cidades industriais inglesas.

Nesse contexto surgem então as primeiras associações secretas, posteriormente a resistência à introdução das máquinas com a destruição das mesmas, as coalizões e posteriormente, com a Lei da Reforma em 1824, aprovada pela Câmara dos Comuns da Inglaterra, surgirão as associações e a Trade Unions (Uniões Sindicais) em 1845.

Na França, onde o desenvolvimento da grande indústria capitalista era mais frágil, as associações e greves de operários eram consideradas ilegais. Contudo, as sociedades de ajuda mútua eram permitidas e haviam crescido muito após 1830, período em que avançou a industrialização neste país. Esses tipos de organizações tinham um duplo papel: eram organizações de beneficência, mas serviam também como sociedades de resistência dos operários. Utilizavam seus recursos financeiros não só para ajudar os sócios mais necessitados, mas principalmente para apoiar os operários durante as greves. Já nesse período, o movimento operário de Paris difundia jornais clandestinos com fórmulas revolucionárias de igualitarismo proletário, luta de classes, etc. Mas é a partir de 1840, segundo Hobsbawn (1977, p. 44), “que o proletariado, rebento da Revolução Industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos movimentos sociais (o espectro do *Manifesto Comunista*), abriram caminho pelo continente”.

É com esse movimento operário já em efervescência que Marx entrará em contato após emigrar para Paris fins de 1843. Foi na França que Marx teve as primeiras experiências diretas com a classe operária e suas lutas. O contato com o movimento do

proletariado francês ocorreu não apenas no nível do conhecimento teórico, mas também, e, sobretudo, no plano da experiência vivida (Marx chegou a participar de assembleias de artesãos comunistas, partidários da Liga dos Justos). Entretanto, Marx, já tinha desenvolvido toda uma concepção sobre o movimento do proletariado.

Na Alemanha, a industrialização, apesar de significativa, era bastante incipiente, comparada com a da França e da Inglaterra. A Alemanha continuava a ser um país de artesanato e indústria doméstica. A classe trabalhadora alemã era formada por artesãos de ofício e semiproletários, que ainda não haviam se desvinculado da terra, e ex-artesãos da indústria doméstica capitalista (tecelões, fiandeiros, ferreiros, etc.), muitos deles em franco processo de proletarização. Não tinham vivido greves como o proletariado inglês e tampouco o francês. Mas esses ex-artesãos das indústrias domésticas da Renânia-Westfália, Saxônia e Silésia, provocaram uma onda de greves em várias partes da Alemanha em junho-julho de 1844, que levou Marx a escrever sobre eles no artigo “Glosas Críticas ao artigo o Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano” de junho de 1844.

Apresentamos este brevíssimo resgate de como se desenvolvia o movimento operário na Inglaterra, França e Alemanha, apenas para contextualizar as desigualdades do movimento incipiente do proletariado com o qual Marx e Engels tomarão contato e elaborarão suas ideias sobre os sindicatos e sua teoria sobre o funcionamento da nova sociedade surgida com a Revolução Industrial e o papel do proletariado nela.

Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrito entre setembro de 1844 a março de 1845, descreveu as condições de vida do proletariado inglês dos anos de 1840 e um pouco das suas lutas até então. No capítulo, intitulado “os movimentos operários”, Engels tratou das diversas ações operárias até aquele período. Dos crimes contra a propriedade e a destruição de máquinas, ao sindicalismo e cartismo. Enfim, formas de rebeldia operária contra a situação social criada pelo capitalismo industrial em constituição. Para o jovem alemão, a primeira forma de revolta operária foi o crime:

O operário vivia na miséria e na indigência e via outros que gozavam de situação melhor. A sua razão não conseguia compreender por que era precisamente ele que tinha que sofrer nestas condições, ele que fazia bem mais pela sociedade do que um rico ocioso. Por outro lado, a necessidade venceu o respeito inato pela propriedade - começou a roubar. (ENGELS, 1986, p. 242).

Esta forma de rebelião, segundo Engels, era a mais brutal e menos frutífera e os operários logo perceberam que o crime não ajudava em nada. Era um protesto individual. Como classe, eles primeiro manifestaram oposição à burguesia quando resistiam à introdução da maquinaria e nas greves gerais dos tecelões ocorridas em 1812, organizada por uma associação secreta e repetida em 1822. Nesta ocasião, relata Engels, ácido sulfúrico foi atirado no rosto de dois operários que não se uniram à associação, e foram, portanto, considerados traidores de sua classe pelos membros.

Essas associações, que como já dissemos eram proibidas até 1824 na Inglaterra, quando os operários obtiveram em 1824 o direito de livre associação, “elas estenderam-se rapidamente por toda a Inglaterra e tornaram-se poderosas. Em todos os ramos da indústria constituíram-se organizações semelhantes (Trade Unions) com a intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a incúria da burguesia” (ENGELS, 1986, p. 244). Seus objetivos eram fixar os salários, enquanto força, com os patrões, regulamentar os salários em função do lucro do patrão, aumentá-lo no momento propício e mantê-los. Além disso, ajudar financeiramente os operários por meio de caixa da associação.

Os sindicatos orientavam os operários a não trabalharem para os capitalistas que se recusassem a aceitar a escala de *salários por peça* negociada para aquele ramo de indústria (o salário por peça era a forma de pagamento utilizada nas grandes indústrias têxteis). Além disso, eles lutavam contra a redução de salários, estratégia muito utilizada pelos capitalistas em épocas de crise. A crescente contratação de aprendizes, crianças e mulheres que ganhavam um salário mais baixo e ocupavam o lugar dos operários adultos, e a introdução de máquinas era a forma mais frequente que os capitalistas utilizavam para reduzir salários.

Além da luta pelo salário e também a jornada de trabalho, no capítulo intitulado “A Concorrência” n’*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels afirma:

A concorrência é expressão mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade burguesa moderna, Essa guerra, guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessa classe. Cada um impede o caminho do outro, e é por isso que todos procuram eliminar quem quer que lhes atravesse no caminho e lhes tente tomar o lugar. (ENGELS, 1986, p. 93).

Superar a concorrência entre si vai de encontro a construir a solidariedade entre

os operários e momentos privilegiados para construir essa solidariedade eram as greves, além de indicar a disposição de luta do proletariado. Recorremos a Engels, quando destaca como a incrível frequência das greves era um medidor da têmpera do proletariado e como elas preparavam iam a classe para embates futuros:

Não se passa uma semana, dificilmente um dia, na qual não haja uma greve sobre alguma coisa, ora contra uma redução, ora contra a recusa em elevar o nível dos salários, ora em razão do emprego de fura-greves ou a continuidade de abusos, algumas vezes contra novas máquinas, ou por uma centena de outras razões. Estas greves, inicialmente escaramuças, algumas vezes resultam em pesadas lutas, não decidem nada, é verdade, mas são a mais forte prova de que a luta decisiva entre a burguesia e o proletariado está chegando. São a escola de guerra dos trabalhadores. (ENGELS, 1986, p. 253).

Essas escolas de guerra se deparam com várias limitações. Quando há crise econômica, por exemplo, os fundos das associações se esvaem rapidamente já que há muitos trabalhadores pedindo ajuda para manterem-se em greve. Outro limite é quando os fura-greves quebram a solidariedade entre os operários enfraquecendo a greve, ainda com tudo isso, não deixam de ser escola de guerra. Isso fica evidente quando o próprio Engels questiona: “Por que então os operários entram em greve nestes casos, quando a inutilidade de tais medidas é tão evidente?”, e explica:

Simplemente porque devem protestar contra toda redução, mesmo se ditada pela necessidade; porque sentem que devem proclamar que eles, como seres humanos, não foram feitos para se dobrar às circunstâncias sociais, mas as circunstâncias sociais é que devem se dobrar a eles como seres humanos; porque o silêncio de sua parte seria um reconhecimento destas condições sociais, uma admissão do direito da burguesia de explorar os operários nos bons tempos e deixá-los morrer de fome nos maus. Contra isso o trabalhador deve rebelar-se enquanto não perdeu todo sentimento humano [...] (ENGELS, 1986, p. 250).

Tanto Engels quanto Marx, que já veremos em seguida, têm a compreensão no início das primeiras greves do papel do sindicato como regulador do preço da força de trabalho, ou seja, de luta pelo salário e também pela jornada de trabalho. Reconhecem perfeitamente a necessidade da luta imediata como meios de resistência em sua luta contra o capital. Mas não deixam de destacar suas limitações. São decisivas na medida em que possibilitam educação política ao proletariado a partir de suas próprias ações.

É na sua obra *A Miséria da Filosofia*, publicada em 1847, que Karl Marx fez as primeiras considerações sobre os sindicatos. A última seção desta obra intitula-se “Greves e Coalizões Operárias”. Ela foi uma resposta polêmica ao livro *A Filosofia da*

Miséria de Proudhon. Nela procurou demonstrar a falsidade do ponto de vista de Proudhon, que dizia serem inúteis os sindicatos e as greves por melhores salários, posto seu êxito acarretava um correspondente aumento de preços. Disse Proudhon: “É impossível que as greves seguidas de uma elevação de salários não conduzam a um encarecimento geral, isto é tão certo como dois e dois são quatro” (MARX, 2001, p. 153). Afinal, qual é a essência da polêmica de Marx com Proudhon? O que conleva esse debate?

Primeiro Marx desconstrói a ideia de que aumento de salários resulte em redução de lucros para os patrões e, por conseguinte em aumento de preços generalizados. Efetivamente diz ele, se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que se servem, uma alta geral dos salários produziria uma baixa geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria alteração alguma. Lembra ainda que a alta e a baixa do lucro e dos salários apenas exprimem a proporção segundo a qual os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de um dia de trabalho, sem que incidam, na maior parte dos casos, sobre o preço do produto.

Entretanto, além do erro econômico, Marx considerava que Proudhon com suas posições contrárias às greves e às coalizões operárias incorre em outro erro de caráter mais político, justamente porque despreza os ganhos mais profundos no que diz respeito ao avanço, não no sentido linear, mas no sentido da educação política da classe que estava então se constituindo e se dotando de consciência enquanto tal, a partir de suas próprias ações.

Marx observou que o movimento social do proletariado, suas lutas contra os patrões, por melhores salários, caminhavam, passo a passo, com o movimento político da classe operária, contra o poder político da burguesia. “Na Inglaterra, a formação dessas greves, coalizões e trade-unions, caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas ” (MARX, 2001, p. 158). E prossegue “a grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-as num pensamento de resistência-coalizão” (MARX, 2001, p. 158).

Essa coalizão tinha um duplo objetivo: fazer cessar a concorrência entre os

operários para que pudessem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Logo, se num primeiro momento o objetivo da resistência era a defesa do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se elas mais importante que a manutenção do salário. Há aí uma inversão a partir da realidade que indica a dinâmica do desenvolvimento do movimento operário.

O que começa quase espontâneo, a luta pela manutenção do salário se defronta com a luta pela própria manutenção das associações e sindicatos. E é nesse momento que emerge o caráter mais político do movimento operário. Momento em que os interesses dos trabalhadores são postos para além da luta pelo salário e passam, de forma essencial, pela luta pelo direito de associação (o que põe a luta contra a forma do Estado naquela época de Marx). Segundo Marx, “nessa luta, verdadeira guerra civil, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político” (2001, p. 159).

A preparação para as batalhas futuras a que se refere Marx ganhou um salto com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a partir do estreitamento de laços entre os trabalhadores ingleses e franceses.

Segundo Hobsbawn (1987), na década de 1860 houve um renascimento do movimento operário inglês e um ressurgimento de iniciativas operárias no continente europeu. Na França, Napoleão III começou a relaxar as leis antissindicais e em 1864, ocorreu a votação da Lei Ollivier, que embora limitada reconheceu o direito de coalizão dos operários. Para o historiador inglês, o que de fato Napoleão III esperava, era usar os operários como contrapeso contra a crescente oposição liberal, mas isso acabou aproximando muito os laços entre operários franceses e ingleses. Nesse contexto, foi fundada a AIT, em um encontro no St. Martin’s Hall, em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, para o qual Marx foi convidado a participar e redigir o manifesto inaugural e estatuto de fundação.

A Internacional, como veio a ser conhecida, iniciou-se com a participação dos sindicatos ingleses, as trade-unions, e sindicatos operários franceses, e de alguns exilados de outras partes da Europa, como Marx, que viviam em Londres. Foi um momento de confluência das mais ativas forças do movimento operário europeu que se

encontravam em Londres. De fato, ela começou como um movimento de sindicatos operários, como expressão da solidariedade dos operários organizados da França e Inglaterra apesar do terrível banho de sangue das jornadas de junho.

Nas Resoluções do congresso de fundação da AIT sobre os sindicatos, um texto sobre passado, presente e futuro dos mesmos, redigido por Marx, deixa nítido a visão de Marx sobre os limites e como poderiam avançar os sindicatos:

Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital. O objetivo às vezes, estava limitado às necessidades das lutas diárias, às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual. Entretanto, os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas imediatas. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema. [...] Contudo, nestes últimos tempos, começaram a se dar conta de sua grande missão histórica. (AGUENA, 2008, p. 91).

Marx está se referindo a luta pela emancipação do proletariado. Ainda nesse texto, na parte sobre o futuro dos sindicatos ele acrescenta: “os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operaria, com vistas à sua emancipação radical”.

Marx estava muito animado com o fato da AIT contemplar, na sua direção (Conselho Geral), importantes dirigentes do movimento operário. Em uma carta a Engels deixa transparecer suas expectativas quando afirma: “a necessidade do momento é força no conteúdo e suavidade na forma” (MEHRING, 2013, p. 342). Para ele o objetivo da Internacional era unir todo o proletariado lutador da Europa e América, e dar a ele um programa a serviço da estratégia emancipatória. Unir lutas econômicas e políticas, ou transformar lutas diárias e econômicas em lutas políticas mais estratégicas. Sua expectativa era que a AIT contribuísse com o caráter internacionalista às lutas do proletariado e assim possibilitasse um salto nas lutas do proletariado europeu. Por isso, ainda que tivesse diferenças com os proudhonistas, Lassalianos, bakunistas, etc, compreendia que era preciso suavizar a forma organizativa, era necessário reunir a todos na AIT.

Em Salário, preço e lucro de 1865, a posição de Marx sobre os sindicatos, nessa época, não possui *diferenças essenciais* com relação à sua posição nas décadas de 1840 e 1850, mas volta a alertar sobre os limites da luta econômica e a necessidade de ação política do proletariado, no sentido revolucionário. Sua denúncia dos limites das lutas

por salários ganhou uma maior concretude, quando ele toma em perspectiva a *crítica da economia política*, ou seja, a análise do movimento do capital.

Para Oliveira (2013), em *Salário, preço e lucro*, Marx explica que o valor do trabalho é estabelecido pelo limite mínimo, ou seja, determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor este, portanto, regulado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los. Ainda conforme Oliveira (2013, p. 179), nesse texto Marx aponta os limites da luta sindical, a luta se dá contra os efeitos e não as causas que geram tais efeitos. Que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença.

Marx e Engels fizeram parte de um período histórico em que o sindicalismo era a de ofício, caracterizado por forte exclusivismo profissional (trabalhadores não-qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício) e abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. As primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo ofício e não de empresa. Segundo Hobsbawn (1987), apenas durante as últimas décadas do Século XIX, os sindicatos difundiram-se como expressão organizada (e de massa) do movimento operário. O sindicalismo de indústria expandiu-se. Os sindicatos passaram a participar, mais efetivamente, dos movimentos políticos. Surge o ‘novo sindicalismo’ na Inglaterra durante a década de 1880 e 1890 que se caracterizava por um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos. Ainda segundo o marxista inglês, se iniciava “uma nova era nas relações trabalhistas” (HOBSBAWN, 1987, p. 230).

Lênin, Gramsci e Trotsky se defrontaram com um sindicalismo, em certas características, distinto da dos fundadores do materialismo histórico. Tanto no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo quanto à dinâmica do movimento operário e dos sindicatos. Partindo das elaborações de Marx e Engels, Lênin buscará sistematizar as tarefas centrais colocadas para o movimento operário e os sindicatos à luz das greves sistemáticas na Rússia. Em o *Que Fazer?* (1979) o revolucionário russo polemiza com os besnsteinianos e suas ramificações, que propagandeavam a teoria da atenuação dos antagonismos de classe e um sindicalismo estreito à luta ‘realista’ por reformas, tal postura levaria o movimento operário a se transformar num apêndice do movimento

liberal.

Conforme vimos em Engels, Lênin também considera as greves escolas de guerra que ensinam os operários a unirem-se e a lutar, mas, ao mesmo tempo, ele afirma que não é a própria guerra. Com isso, ele alerta que mesmo a greve geral em todo o país não basta, as greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único. E que os operários não prestarem atenção a outros meios de luta, atrasarão o desenvolvimento e os êxitos da classe operária. Assim como Marx e Engels, Lênin reconhece a importância da luta econômica para educar os trabalhadores na luta política, mas seguindo seus mestres, sua grande preocupação é como transformar estas escolas de guerra em escolas do comunismo, ou seja, como os sindicatos saem da estreiteza do economicismo e preparam a classe para a luta revolucionária.

Lênin considera que:

[...] as tarefas dos sindicatos consistem em que eles sejam os artífices de milhões de seres que aprendam por sua própria experiência a repelir os velhos preconceitos, a dirigir o Estado e a produção, é apenas nisto que reside a garantia infalível de que a causa do socialismo vencerá plenamente excluindo toda a possibilidade de retrocesso. (LENIN, 1979, p. 278).

O aprender com sua própria experiência do qual se refere Lênin, nas condições da Rússia, ia *pari passu* com o combate ao revisionismo que um setor da II Internacional disseminava. Estes apresentavam uma leitura mecânica de Marx, consideravam que quanto mais o proletariado aumentasse em consequência do desenvolvimento capitalista, mais seria obrigado e teria a possibilidade de lutar contra o capitalismo e assim, adquiriria a consciência da necessidade do socialismo. Ora, isso é inteiramente falso, argumentava Lênin (1979, p. 117), “a consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade”.

Neste sentido que Lênin defendia que a consciência política de classe não podia ser levada ao operário senão do exterior, não do exterior da classe, mas do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. Dizia ele, o único domínio onde se poderá extrair esses conhecimentos é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si.

Em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de 1920, respondendo aos comunistas alemães sobre se os revolucionários deveriam atuar nos sindicatos daquela época com fortes aristocracias operárias em suas direções, Lênin é enfático:

E é essa precisamente a estupidez que cometem os comunistas alemães ‘de esquerda’, que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário das direções dos sindicatos que é preciso sair dos sindicatos! Renunciar ao trabalho neles! Criar formas de organização operárias novas, inventadas! Uma estupidez! [...] Para saber ajudar a ‘massa’ e conquistar sua simpatia, adesão e apoio, é preciso não temer as dificuldades, mesquinhas e perseguições dos dirigentes. E deve-se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas. (LENIN, 1989, p. 67).

Outro marxista que contribuiu com a temática dos sindicatos foi Gramsci. Aqui pretendemos destacar apenas alguns elementos de seus escritos sobre sindicatos e conselhos de fábrica. No período em que foi editor do semanário *L'Ordine Nuovo*, defendeu nas páginas do jornal uma caracterização do movimento sindical. Para o autor, os sindicatos são os organizadores dos trabalhadores enquanto assalariados e não como produtores. Nesse sentido, o sindicato está integrado à ordem capitalista porque funciona como comerciante, negociador e organizador da mercadoria força de trabalho. Por conta dessas funções o sindicalismo está vinculado à legalidade capitalista e tende a não deixar que a guerra de classes se desenvolva.

Por isso, na opinião de Gramsci, o sindicalismo, através de seus meios e controles, não é capaz de levar os trabalhadores à atuação pela transformação da sociedade capitalista e pelo fim das classes sociais. Nesse sentido, os sindicatos não são revolucionários. Criticando o caminho tomado pelos sindicatos, Gramsci comenta no artigo sobre o Sindicalismo e Conselhos (*L'Ordine Nuovo*) os limites dos sindicatos de seu tempo. Vejamos o que nos diz o pensador sardenho:

O horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista faz com que tenham limites em transpor essa ordem, tendo um papel político e pedagógico importante no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar. Em outras palavras, os sindicatos são importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica. Porém, eles não são instrumentos para a transformação social, para a revolução; pois esse papel cabe ao Partido Político que deve formar a classe e prepará-la nesse caminho (GRAMSCI; BORDIGA, 1981, p. 47-48).

Gramsci faz uma crítica contundente aos sindicatos italianos e à sua burocratização, mostrando o quanto se afastaram da classe trabalhadora, mostrando seus

limites como instrumento ligado à luta imediata por melhorias nas condições de trabalho e salário, ou seja, por reformas sociais. Nesse sentido, ao analisar o processo de burocratização dos sindicatos, ele nos confirma no texto sobre Sindicatos e Conselhos I, no Jornal L'Ordine Nuovo, de 11 de outubro de 1919 que:

Os operários sentem que o complexo da 'sua' organização se tornou num aparelho de tais dimensões que acabou por obedecer a leis próprias, inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. (GRAMSCI; BORDIGA, 1981, p. 42).

Paralelo à crítica aos sindicatos havia na Itália o surgimento de dinâmicos órgãos da classe operária que eram os Conselhos. Foi em Turim, pós Primeira Guerra Mundial, que as comissões de fábrica passaram por um desenvolvimento que os transformou em instrumentos de luta eficientes para a classe trabalhadora da Itália. Turim passava a ser “a Petrogrado italiana” e as comissões de fábrica os “soviets italianos”. As comissões exerciam a democracia operária, desenvolviam funções de arbitragem e disciplina, atendendo ao interesse da classe operária na direção e administração, eram órgãos de poder do proletariado, o auto-governo operário. Os conselhos encarnavam o poder da classe trabalhadora organizada por fábrica uma antítese do poder patronal. Eram esses órgãos que poderiam dirigir os sindicatos italianos para o enfrentamento com a burguesia. Toda inspiração dos conselhos operários se concentrava nos soviets, como organismos de caráter revolucionário, com poder próprio não sujeito às patronais.

Segundo Antunes (1982), os conselhos de fábrica em Turim, durante o ano de 1920, promoveram uma forte greve geral, com duração de 10 a 15 dias, que acabou sendo derrotada, por forte repressão policial. A falta de coesão revolucionária, as direções dos sindicatos por meio do Partido Socialista Italiano, que não entenderam a situação revolucionária na Itália, que os conselhos operários dirigiam a greve geral em Turim, não procuraram armar o proletariado e travar uma luta revolucionária contra a repressão policial. Todos esses fatores combinados representam os motivos da derrota dos conselhos operários.

Gramsci assim como Lênin, Marx e Engels, consideram que é na luta contra o capital que se realiza a educação política do proletariado, mas também se faz necessário ter ações pedagógicas junto às massas para que essa luta torne-se mais consciente e não sujeita a uma mera prática espontaneísta. Nesta luta contra as condições de alienação em

que estão inseridos é que a classe trabalhadora passa a se reconhecer como sujeitos pertencentes a uma das duas forças hegemônicas.

Para efeito do que pretendemos, a saber, uma visão geral ainda que limitada sobre a contribuição de autores marxistas sobre sindicatos, consideramos importante abordar também, as contribuições de Trotsky sobre o tema.

Trotsky escreveu sobre os sindicatos principalmente após o impulso que teve o movimento operário mundial com a revolução de 1917 na Rússia, e conseqüentemente sua dinâmica nas décadas seguintes. Outros escritos são posteriores ao controle do stalinismo sobre a ex-URSS.

Em *Os sindicatos na época da decadência imperialista*, de 1940, Trotsky destaca que o capitalismo monopolista era cada vez menos capaz de conviver com a independência dos sindicatos. Terminavam conseguindo transformando a burocracia reformista à frente da maioria dos sindicatos, em sua polícia política aos olhos da classe operária, a partir das políticas estatais.

Considerava haver uma virada à direita e a supressão da democracia interna nos sindicatos europeus, tanto pela política da social-democracia quanto pelo stalinismo. Afirmava que “nos Estados Unidos, onde o sindicalismo nos anos 1930 havia passado por um período de importantes lutas, e criado o Congresso de Organizações Industriais (CIO), demonstrando haver evidências da existência de tendências revolucionárias nas massas operárias, nem bem engatinhava caiu no férreo abraço do Estado imperialista”.

Referia-se ao apoio que as duas maiores federações sindicais deram ao governo Roosevelt e seu gabinete.

Quanto aos sindicatos no México, país em que Trotsky estava exilado, haviam segundo ele, se transformado durante o governo de Cárdenas, em instituições semi-estatais. Até os sindicatos da Espanha, país que havia passado por uma guerra civil e que tinha forte influência das ideias anarquistas e também socialistas, e uma poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores, que havia organizado a resistência ao fascismo nos anos de 1936 a 1939, muitos de seus dirigentes converteram-se em ministros burgueses conservadores e outros tantos que haviam salvaguardado a independência política foram afastados pelo Partido Comunista de Moscou.

Em *Comunismo e sindicato* texto de 1923, Trotsky infere que se o proletariado soubesse da sua tarefa histórica, não necessitaria nem de sindicatos, nem do partido

revolucionário, ou seja, a revolução teria nascido com o proletariado. Pelo contrário, o processo histórico é compreendido pelo proletariado a partir de uma longa e penosa luta, seja sindical ou partidária, na qual ele apreende as condições sociais, principalmente com a ajuda da classe operária mais consciente e politizada.

Na relação partidos-sindicatos, Trotsky retoma alguns exemplos da primeira Internacional. Ele assinala que quando Marx escreveu que o partido operário seria formado a partir dos sindicatos, ele estaria se referindo à situação específica da Inglaterra que já possuía várias organizações sindicais; ao contrário da Rússia onde o Partido Comunista criou vários sindicatos e os preparou para a luta massiva de classe. O importante para Trotsky era divulgar, seja através do partido operário, seja através dos sindicatos, as ideias socialistas. E afirmava: “Os sindicatos não são um fim em si mesmos, são apenas meios que devem ser empregados na marcha em direção à revolução proletária.” (TROTSKY, 1940, s/p).

Pode-se afirmar que a questão central para Trotsky no que diz respeito aos sindicatos, era o perigo de sua relação com o Estado burguês e por outro lado, a burocratização em que havia se transformado a União Soviética controlada por Stálin e suas consequências para o movimento operário mundial. Por isso Trotsky enfatiza a luta pela independência do movimento operário do estado burguês e pelo seu combate à burocratização stalinista.

Em sua obra *O Programa de Transição* de 1938, no item sobre os sindicatos na época de transição, Trotsky explica que é “na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, que os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos” (2011, p. 08). E prossegue afirmando que a poderosa ascensão dos sindicatos na França e nos Estados Unidos foi uma resposta àqueles esquerdistas que pregavam que os sindicatos estavam fora de moda. Ainda segundo Trotsky, os revolucionários deveriam estar nas primeiras fileiras de todas as formas de luta, mesmo naquelas onde se tratasse somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. E o mais importante, deveria tomar parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar seu espírito de luta.

Após revisitarmos a concepção de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky, agora se faz necessário buscar os nexos entre a ação política dos trabalhadores,

seus sindicatos e a educação política do proletariado para os respectivos autores a partir de uma categoria de análise, a práxis.

A práxis

O ponto de partida de Marx e Engels são as relações sociais de produção que os homens estabelecem na vida real. Os principais elementos ontológicos da materialidade dos fundadores do materialismo histórico e dialético são: a existência dos indivíduos físicos, suas ações e as condições materiais de vida encontradas e as que eles constroem. Partindo desses elementos, os fundadores do materialismo histórico-dialético afirmam que o fundamento da história é a atividade humana ao destacarem que “toda a historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua transformação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2001, p. 10).

Para Sousa Junior (2011), essa ação dos homens a que se referem Marx e Engels é a práxis humana e o trabalho. Segundo ele, “se o trabalho é a atividade que produz materialmente a própria vida, e se o homem é um ser que se constrói no conjunto das relações num movimento constante, num processo infinito, então não há como se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem” (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 23). Consideramos que a categoria trabalho quanto a categoria da práxis, entendidas como atividade humana transformadora e criadora, centrais na formação do homem, lançam luzes para a apreensão do objeto a ser investigado, a saber, o papel do sindicato na construção de uma consciência para além dos limites do capital.

Entretanto concordamos com Kosik (1995) quando afirma que a categoria da práxis tem uma dimensão de maior amplitude que o trabalho na formação do homem:

A práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como ‘experiência’ passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis. (KOSIK, 1995, p. 224).

Neto e Braz (2011), para quem o trabalho é a objetivação primária do ser social,

corroboram com a ideia de que a práxis tem uma dimensão mais ampla que o trabalho e acrescentam:

O ser social é mais que trabalho, ele cria também objetivações que transcendem o universo do trabalho e a categoria teórica que explica esta realidade é a práxis. A práxis envolve o trabalho, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas, revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. O homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETO; BRAZ, 2011, p. 53-54).

No mesmo sentido, Lukács (2010) considera que o trabalho é um ponto de partida que desencadeia o processo complexo em que a formação humana vai ter na práxis um todo, ou seja, a sua efetivação real. Dito de outra forma, o ponto inicial de toda atividade humana é a práxis produtiva (o trabalho), mas a partir dela se criam outras formas de manifestação e objetivação humanas que se autonomizam. Para o filósofo húngaro, a própria formação da genericidade humana também vai se fundar na práxis:

Devido a práxis, o homem que continua a se desenvolver em uma multilateralidade cada vez mais variada se encontra defronte à sociedade, ao seu metabolismo com a natureza, à sua formação de órgãos para desenvolvimento próprio, etc, com o que não apenas cresce a corporificação objetiva da genericidade, tornando-se cada vez mais variada em muitos aspectos, mas, ao mesmo tempo, coloca múltiplas e diferenciadas exigências ao indivíduo humano. (LUKÁCS, 2010, p. 82).

Ora, se o ser genérico se funda e confirma na práxis, ela não pode ser confundida com uma simples ação prática. Neste sentido, consideramos pertinente destacar a diferença que Lukács (2010) estabelece entre práxis e prática. Práxis é uma atividade ou ação especial que se efetiva a partir de uma consciência elaborada. Já a segunda seria a atividade ou ação destituída daquela consciência.

Para Kosik (1995), na sua essência e universalidade, a práxis é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). “A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1995, p. 222).

Aqui, a ideia central é a de que a realidade humana e social, não a realidade como totalidade, mas a humana e social, resulta da práxis humana. O homem não cria

toda a realidade, embora tenha que compreendê-la para incidir sobre ela a partir da experiência e consciência que vai adquirindo. Kosik chama a atenção para o fato de que a destruição da pseudo-concreticidade se dá através do mundo prático e não só pelo conhecimento. Trata-se, em última análise, de tomar a categoria como “a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo”. Essa leitura corresponde – no plano histórico – ao entendimento que Engels formulara em *A sagrada família*, em que a história não é nada, a não ser aquilo que faz o indivíduo, as classes, a humanidade. Acontece que esse entendimento abarca a realidade e a compreensão dela e essa dialética se inscreve na fórmula viva da práxis. Assim, “a práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente” (KOSIK, 1995, p. 222). Desse modo, nesse processo prático, que é a história, se realiza a distinção do humano do não humano, em que o primeiro assume a práxis, não como uma determinação exterior do seu ser, mas algo que se articula com a sua peculiaridade de criatura humana, ou, num sentido mais amplo, com a sua característica de humanidade.

Nos apoiaremos também em Konder (1992) que nos ajuda na compreensão da categoria práxis. Para o autor, práxis é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; neste sentido, práxis é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115). Konder nos fornece ainda sua compreensão da relação da práxis com a teoria. Para ele, a teoria é um momento necessário da práxis para distingui-la das demais atividades praticas meramente repetitivas.

Vásquez (1986) examinando os textos clássicos marxiano, ata os múltiplos fios do conceito de práxis, tomando-a como a) fundamento do conhecimento; b) critério da verdade; c) unidade da mudança do homem e das circunstâncias, e, finalmente, d) dos lastros da interpretação do mundo com a sua transformação.

Para o filósofo espanhol, a relação entre teoria e práxis é para Marx “teórica e prática; prática na medida em que a teoria como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (VASQUEZ, 1986, p. 117). E afere que como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade prática humana que transforma o mundo.

Já em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx começou a desenvolver uma concepção de práxis diferente da dos pensadores até então. Ao destacar que “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p. 110), Marx se refere ao fato de que na relação contraditória do trabalhador com o objeto de seu trabalho, o homem pode construir as condições para a superação desta contradição. Ou seja, na experiência das lutas da classe trabalhadora o sujeito potencialmente revolucionário pela sua localização na sociedade do capital, pode adquirir pela sua práxis, a consciência de que necessita superar esta sociedade. Em outra passagem dos Manuscritos, o jovem Marx sinaliza a importância da relação teoria e prática da classe trabalhadora como condição para a fundamentação de um projeto emancipatório, vejamos:

Assim como pelo movimento da propriedade e da sua riqueza, assim como da sua miséria- ou da riqueza e miséria materiais e espirituais – a sociedade que vem a ser encontra todo o material para esta formação, assim também a sociedade que veio a ser produz o homem nesta total riqueza da sua essência, o homem plenamente rico e profundo enquanto sua efetividade. [...] Só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pôde resolver, precisamente porque a tomou apenas como tarefa teórica. (MARX, 2004, p. 111).

O que Marx nos está dizendo é que a teoria em si é inoperante, por mais radical que ela seja, para deixar de ser inoperante ela necessita se realizar em força material, e segundo os fundadores do materialismo histórico-dialético, essa passagem da teoria à práxis revolucionária, é determinada pela existência de uma classe social, o proletariado. Como afirma Vásquez (1986, p. 129), “nem a teoria por si mesma pode emancipar o proletariado, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação”.

Dito isto, a partir de agora, guiados por esta compreensão, que todas as elaborações de Marx e Engels sobre sindicatos em seu tempo, assim como sua militância e acompanhamento da dinâmica do movimento operário, esta perpassada por este objetivo, de que o proletariado adquira consciência de sua situação para que seja capaz de ser o portador de sua própria emancipação, articularemos a concepção de

sindicatos dos autores abordados na primeira parte do capítulo com a educação do proletariado através da sua própria práxis. Não uma práxis no sentido da prática mecânica, mas da práxis conforme conceituada aqui, ação consciente que transforma o mundo.

A práxis política como processo educativo

Recordemos que em *A miséria da filosofia* (2001), Marx descreve como as condições objetivas do novo modelo de sociedade advindo da revolução industrial engendra as potenciais condições de organização, luta e desenvolvimento da classe trabalhadora:

As condições econômicas tinham transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (MARX, 2001, p. 151).

Ora, Marx nos está dizendo que há um processo de luta permanente em que a classe irá constituindo-se como tal. É nessa luta política, nesse percurso, que os vendedores da força de trabalho vão construindo laços comuns, comunidades de interesses e forças organizativas determinadas. Em outros termos, começam a se constituir como classe. Sua formação passa por várias etapas, em um primeiro momento formavam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência entre si. Mas com o desenvolvimento da indústria, a concentração de mão de obra em empresas que chegam a reunir milhares de empregados, condições de organização e luta mais favoráveis são criadas.

Compreende-se que o grande projeto educativo dos fundadores do materialismo histórico e dialético, é como fazer com que a classe que se forma objetivamente pelas condições estruturais da indústria, se desenvolva em classe-para-si, ou seja, dotada conscientemente de uma estratégia emancipatória que é o projeto da revolução social. Esse desenvolvimento, ou seja, esse reconhecimento enquanto classe, de sua condição e da necessidade de mudança, ocorre na práxis e pela práxis política, no campo da luta de classes e não no campo do pensamento. Elucidativo quanto a isso, recorreremos à

Segunda Tese sobre Feuerbach quando afirma:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim, uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

Nisto concerne a importância que Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky atribuem as organizações do proletariado, sejam as associações, sindicatos, comissões de fábrica, partidos, etc., não é a elas em si mesmo, mas ao papel de organizador coletivo que exercem possibilitando que os trabalhadores se transformem em força material de transformação e autotransformação.

Reputamos ser útil recordar de que a história em Marx e Engels (assim como em Lênin, Gramsci e Trotsky) não é um processo simples, linear, cronológico e natural. A atividade social, motor da história, vê-se diante de forças, das quais ela é criadora e que, paradoxalmente, se levantam como uma barreira ante as expectativas de indivíduos e grupos, as quais, impiedosamente, destroem os seus cálculos. Diferentemente dos céticos, no entanto, Marx e Lênin acreditam que a pedagogia de ferro do capital ensina, que a luta de classes instrui e treina, e que, nesse trajeto, o proletariado adquire conhecimentos políticos. Desse modo, o proletariado se vê ante a possibilidade de não apenas instintivamente, mas, notadamente, de forma consciente, fazer frente aos martírios do capital e da ideologia que parece lhe unguir com o óleo miraculoso da eternidade. Quando a luta simples do trabalhador com o patrão se torna uma luta de classe com classe, uma luta política, finalmente, a massa que se reúne se transforma em classe para si mesma.

Recordemos que em Engels e Marx uma das tarefas centrais das primeiras associações e sindicatos era superar a concorrência entre os trabalhadores, criar laços de solidariedade de classe. Para eles, as greves eram escolas de guerra dos trabalhadores contra a burguesia, e a luta pelo salário que acabava se transformando em uma luta pelo direito às associações, Marx chamou de guerra civil. E mais, considerava que estas lutas preparavam para uma batalha futura. Ora, há uma profunda compreensão de que os trabalhadores aprendem e ensinam, com sua ação. Uma ação que deve estar guiada por uma batalha futura, consciente. Afinal, “a consciência nunca pode ser mais que ser

consciente, o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2001, p. 19).

A importância dada a toda e qualquer luta econômica da época, as lutas diárias da classe conforme vimos no breve resgate histórico sobre os sindicatos, e de igual maneira a polêmica com Proudhon que desprezava a luta pelo salário, aliás, para Marx, o que os proudhonistas não enxergavam era que nessa realidade concreta do proletariado, a luta por salário e as greves, imbricavam lutas econômicas e políticas e, por conseguinte, o fazer-se da classe operária enquanto classe. Eis um sentido político educativo profundo da polêmica entre Marx e Proudhon.

Marx, Engels e Lenin, Gramsci e Trotsky estavam convencidos de que os sindicatos atuam como educadores porque são vistos por estes como , organizadores coletivos para que a classe através de sua práxis possa ir desenvolvendo uma consciência da necessidade de superação do modelo econômico e societal assentado na exploração. Entendiam conforme apresentamos até aqui, que os sindicatos eram meios importantes de luta, não era o fim, e sim parte inseparável de uma estratégia que ultrapassava o seu raio de ação. Esse entendimento nunca fez com que Marx e Engels desprezassem ou diminuíssem a relevância do movimento sindical, notadamente, o papel educativo em relação aos seus membros que, na dobra do século XIX para o XX, contavam aos milhões pelos quatro cantos do mundo, especialmente na Europa.

E esse aprendizado ocorre independentemente se a luta empreendida por seus interesses resulta vitoriosa ou não. Esse aprendizado como processo, a partir da dinâmica real do movimento operário, que às vezes são movimentos vitoriosos e outras vezes não, está explícito no *Manifesto Comunista* de 1848, quando Marx e Engels abordando as várias etapas de desenvolvimento pelas quais passam o proletariado, afirmam:

Às vezes, os operários são vitoriosos, mas apenas por certo tempo. O fruto real de suas lutas não está no resultado imediato, mas na união sempre crescente dos operários. Esta união é facilitada pela melhoria dos meios de comunicação que são criados pela indústria moderna e que põem os operários de diferentes localidades em contato uns com os outros. Apenas este contato foi necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo caráter, em uma luta nacional entre as classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. (MARX; ENGELS, 2009, p. 50).

A fundação da AIT é um bom exemplo onde se relacionam práxis política e

práxis revolucionária. Marx opinava que se o poder do capital tendia a assumir uma dimensão internacional, cabia aos operários, se quisessem ter êxito nas suas lutas contra os capitalistas, também organizarem-se enquanto força internacional. Foi isso que Marx procurou demonstrar para os líderes operários de seu tempo. A unificação dos esforços do proletariado eram, portanto, uma exigência posta pelo desenvolvimento do capital. Para que o proletariado mantivesse a eficácia de suas lutas de resistência contra as usurpações dos capitalistas, deveriam, portanto, unificar, generalizar e dar uma dimensão internacional à sua organização (e às suas lutas). A Internacional tinha, precisamente, essa importante função apoiar as greves (e lutas operárias) dos diversos países, cuja meta final seria a própria emancipação econômica da classe operária.

Nessa perspectiva, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre *movimento sindical e movimento político* dos trabalhadores, mas não apenas isso - para Marx, não havia uma separação efetiva entre os dois momentos da ação operária. Tanto o momento da luta defensiva pelo salário e pela vida dos operários quanto o seu momento superior, o movimento político, de unificação e generalização das lutas operárias, visando a conquista do poder político, compunham o movimento do proletariado pela abolição do sistema do salário, pela sua total emancipação.

Lênin, em seu clássico *Que fazer?* (1978) - obra em que o autor se opõe a visão e a prática política dos economicistas - afirma que não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária, ressaltando e confrontando o desprezo que seus oponentes no debate têm com relação à teoria. Aqui, não há oposição entre teoria e prática, pois, para Lênin, a atividade prática não está contraposta à atividade teórica, conforme, décadas depois, Vásquez ratifica.

A práxis política e a consciência operária, para Lênin, se articulam como uma totalidade, e, nesse sentido, é um desserviço dos economicistas, opor a atividade concreta do operário à ação política, uma vez que é a segunda que pode oferecer ao operariado o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo.

Se, nas palavras de Vásquez, “a passagem da filosofia à realidade requer a mediação dos homens, e da práxis” (1986, p. 127), em Lênin, a passagem do domínio do capital à emancipação humana requer a mediação do proletariado como classe

tendencialmente revolucionária. Em sua práxis ontocriativa, o proletariado se encontra diante da possibilidade de se atinar com a formação de uma consciência política que aponte, para usar a conhecida formulação de Mészáros, “para além do capital”. Lênin está imbuído dessa convicção e o tema da consciência é interno a toda reflexão que ele desenvolve em *Que fazer?*, notadamente, e em parte considerável de seu trabalho voltado para questões como luta de classes, classes sociais, sindicatos, partido revolucionário e revolução.

A consciência de classe é constituída de fluxos e refluxos, e, nesse sentido, é sempre uma obra em construção, uma obra inacabada, um gesto impreciso em busca de uma definição, a articulação de um caminhar e de um pensar que nem sempre apresentam em si uma sintonia fina. Independentemente disso, a formação da consciência não é o produto de uma reflexão fechada em um quarto escuro, mas o resultado dialético de movimentos que, em última instância, decorrem da práxis, unidade irresistivelmente humana, totalidade constituída de desempenho e reflexão.

Em Lênin, a consciência política do proletariado, com vistas a levá-lo além dos limites profundos da ordem do capital, coincide com a efetivação do socialismo como força material, e não apenas como ideologia de determinados grupos isolados das massas. Quando Lênin afirma que essa consciência é exterior à luta econômica, de fato, ele está declarando que a luta política não decorre simples e diretamente da luta econômica. É de fora da luta elementar do trabalhador com o patrão que aflora a luta política, de classe com classe, que é mediada por mil fios quase imperceptíveis, e da qual brota a consciência para si das massas que se reúnem.

Essa consciência não decorre de uma práxis superior, orgânica, que, hipoteticamente, ignora a luta molecular, elementar, do proletariado, uma vez que a práxis humana não despreza aquilo que se define por ser simples e básico, e tampouco mistifica as formas mais desenvolvidas da luta de classes, expressa na luta política. A práxis revolucionária incorpora e articula as formas elementares e orgânicas da luta de classes em uma só e mesma perspectiva: a superação da ordem do capital e a criação das condições que impulsionem a emancipação humana. Eis o segredo da práxis revolucionária e da consciência que lhe é inerente.

Marx e Lênin nunca desprezaram a importância da educação no sentido formal do termo. Acontece que eles sempre observaram e admitiram a existência de práticas

pedagógicas que se espraiam além dos muros das instituições educacionais reconhecidas: escolas, colégios, universidades etc. O proletariado se nutre pedagogicamente dessas práticas que se desenvolvem paralelamente à educação formalizada. Num mundo em que as instituições escolares não deixam de estar permeadas pelo signo de classe, essa educação paralela desempenha papel obrigatório no que diz respeito à formação da consciência política do proletariado. Não é mera coincidência que as instituições do Estado e as representações patronais, irrefutavelmente, buscam enfraquecer e controlar as organizações nascidas das mãos e necessidades da classe trabalhadora.

O Estado e a burguesia, num primeiro momento, tentam impedir e ilegalizar as organizações oriundas da classe trabalhadora: associações, sindicatos, ligas, partidos etc. A força da luta de classes e da práxis transformadora do proletariado e de suas organizações impediram que esse desiderato estatal-burguês pudesse obter êxito. As organizações da classe trabalhadora resistiram e conseguiram se sobrepôr ante a tentativa liquidacionista do Estado e dos patrões. Parece-nos suficiente que se estudem as décadas de luta dos trabalhadores britânicos para obterem o reconhecimento legal de suas entidades e que se examinem detidamente as leis contra os socialistas na Alemanha bismarkiana. Esses são momentos nos quais a classe que vive da venda de sua força de trabalho e suas representações sociais e políticas se veem obrigados a resistir ao sistema repressivo empresarial-estatal. Essa resistência cria um acúmulo político e esse se revela um pressuposto essencial no processo de educação política do proletariado. A reação burguesa-estatal não custa a se articular e essa articulação resulta no controle legal das instituições e atividades organizadas pelos trabalhadores. Os sindicatos são legalizados. O preço disso é a tentativa de cooptá-los e torná-los dóceis ante o domínio arrasador do capital. Desse modo, a formação da classe, no limite de suas organizações, não se faz sem contradições.

Basta que seja lembrado o processo de domesticação dos partidos socialistas, surgidos no calor das lutas da dobra do século XIX para o XX; processo que se faz, sobretudo, a começar da primeira grande guerra, mas que segue ao longo dos anos, tornando essa importante conquista dos trabalhadores em ferramenta de preservação da ordem do capital. Processo muito semelhante acontece com o sindicalismo que, notadamente, no correr do século XX, se transforma em parte um

instrumento de conciliação com a ordem existente. Malgrado essas contradições, os partidos socialistas e os sindicatos cumprem, num dado momento, importante papel formador das classes trabalhadoras, e, no caso do movimento sindical, ainda hoje, é perceptível o papel que desempenha nas lutas sociais de resistência, e dessa maneira, na educação política de amplas massas, que, em geral, ou estão alijadas da educação formal ou por ela passam de modo um tanto quanto aligeirado.

Assim, as organizações da classe trabalhadora permitem que o senso comum do trabalhador se defronte com a possibilidade de superá-lo dialeticamente. Superá-lo dialeticamente significa incorporá-lo e articulá-lo a um senso crítico que decorre do confronto capital-trabalho, e por meio de múltiplas mediações enseja a possibilidade de um salto em direção a uma consciência para si. Essa consciência nunca é dada individualmente. Ela é produto acabado das lutas coletivas e só coletivamente consegue se encher de êxitos. A práxis revolucionária compreende essa perspectiva coletiva. Individualmente, o homem consegue interpretar o mundo, mas transformá-lo, na perspectiva marxiana da tese 11 (Teses sobre Feuerbach), só mediante a ação coletiva.

Marx e Engels (2007) afirmam n' *Ideologia Alemã* que é a revolução e não a crítica espiritual a força propulsora da derrocada prática das relações sociais existentes, e por isso quando Marx concebe a práxis, de modo amadurecido, ele a toma como práxis revolucionária. Gramsci, quando se refere à filosofia da práxis, ele não quer somente driblar a censura fascista, mas, igualmente, destacar o conteúdo prático, ativo e revolucionário imerso no legado de Marx. Esse conteúdo se vincula à compreensão da inatingibilidade de uma sociedade justa sem superar a linha que separa o domínio do capital de um horizonte social igualitário. Em larga escala, a consciência política do proletariado avança concomitantemente com a compreensão dessa inatingibilidade concreta há pouco indicada. Pela práxis revolucionária é que o trabalhador realiza um exercício decisivo de educação política.

Segundo Suchodolski (1976), na obra de Marx e Engels, o princípio educativo central passa pelo conceito de revolução protagonizada pelo proletariado para sua libertação. Não apenas a revolução em seu momento, mas todo o processo revolucionário de luta pela transformação das relações contraditórias da sociabilidade burguesa. No mesmo sentido, Sousa Junior (2011) reforça que para Marx, não se trata de especular sobre a formação dos indivíduos em geral, nas nuances multifacetadas da

sociedade burguesa, mas de considerar que a natureza contraditória dessa sociedade, ao mesmo tempo em que estabelece relações alienadas/estranhadas entre homens alienados/estranhados, cria as condições de desenvolvimento de uma práxis revolucionária (SOUSA JUNIOR, 2011, p, 34).

E o processo histórico de educação do proletariado não exclui os produtos de todas as suas variáveis. Somente a sua prática criadora, que convive com momentos de fluxos e refluxos, pode ensejar consistência a um projeto que aponte para superação da ordem vigente. A ideologia socialista como afirmava Lênin, vem do exterior da luta econômica, mas só se torna força material se o proletariado a toma como sua ideologia e não como uma ideologia que lhe é estranha, imposta e impertinente. Essa unidade do movimento operário com a teoria marxista efetivada em ação transformadora é a práxis política e práxis revolucionária como processo. Entendendo a revolução socialista como um processo educativo desde sua gestação mais remota até a consolidação de suas estruturas econômicas, políticas, jurídicas e consumação de seus princípios éticos.

Ainda sobre o processo de educação política dos trabalhadores, é pertinente recorrer a Mészáros (2008) quando este destaca que o fundamental é a organização e a luta pela transformação social do proletariado, e que não há outra saída senão romper com a lógica de mercado para, só então, educar para que a vida proporcione uma “contra-internalização” dos sentidos que propagam a lógica do metabolismo social do sistema capitalista. Esta “contra-internalização” nada mais é que a “contraconsciência”, ou seja, um primeiro passo para romper com a lógica desumanizadora do capital. Ainda na perspectiva do autor, a contraconsciência se caracteriza pelo posicionamento contrário à interiorização dos ideais do sistema.

A questão de fundo que se impõem a partir de todo o exposto até aqui, é que esta práxis política educativa da qual nos falamos os clássicos do marxismo, e essa educação anticapitalista a que se refere Mészáros, vai se construindo e se consolidando, nos embates entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. São estes enfrentamentos e não a colaboração entre as classes sociais, que possibilitará a formação da consciência de classe dos trabalhadores quanto à necessidade de sua emancipação. Ou seja, o princípio da independência política e organizativa da classe trabalhadora é condição de uma práxis verdadeiramente transformadora, no sentido de luta permanente contra o capital. Por isso o

desenvolvimento dos sindicatos como organizadores da classe eram e seguem sendo tão decisivos na luta de classes. E ao passo que é educador é também educando.

Referências

- AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Pontes, 1995.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986.
- GRAMSCI, A.; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de fábrica**. Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOBBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWN, Eric. **Mundos do Trabalho**. 2. ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LENIN, Vladimir Ulianov. **Esquerdismo, doença infantil do Comunismo**. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1989.
- LENIN, Vladimir Ulianov. **Que fazer?** 2. ed., Lisboa/Portugal: Avante, 1978.
- LENIN, Vladimir Ulianov. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Livramento, 1979.
- LUKACS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MEHRING, Franz. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Jorge L. **Sindicalismo sem Marx**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- PAULO NETO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOUSA Jr., Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. 2 ed., São Paulo: Ideias & Letras, 2011.
- SOUSA Jr., Justino de. Princípio Educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis. *In: Reunião Anual da Anped: Educação no Brasil: o balanço de uma década*, 33, 2010, Caxambu, **Anais...** Caxambu, out. 2010.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>. Acesso em: 03 nov 2018.
- TROTSKY, Leon. **O programa de transição**. São Paulo: Sundermann. 2011.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.